



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Capemisa Capitalização relativas ao exercício de 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e relatórios dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Capitalização é uma Sociedade Anônima fechada, com 11 anos dedicados ao mercado de Capitalização.

Em 2022 a empresa manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros e que gerassem valor para a Sociedade em geral. Tivemos como destaques a manutenção dos atuais clientes da modalidade de Filantropia premiável e a expansão da modalidade de Incentivo. No ano de 2022, a Sociedade apresentou lucro líquido de R\$ 14,56 milhões e retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 24,37%.

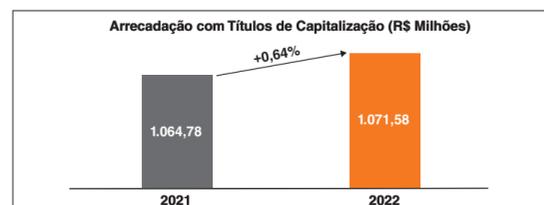
2. Desempenho das Operações de Capitalização

A implantação do marco regulatório estabeleceu novas modalidades de títulos de capitalização Filantropia Premiável, modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligada a Entidades Beneficentes e Instrumento de Garantia, modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor, as quais se juntaram às já instituídas: Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada. Para se adequar à nova regulamentação, a Capemisa Capitalização realizou investimentos em capital humano, tecnológico e na mudança de processos.

A Sociedade iniciou a oferta de novos produtos aos seus clientes em concordância com as circulares normativas SUSEP nº 576/2018 e 582/2018 (revogadas pela circular normativa 656/2022), que descrevem as regras de elaboração, operação e comercialização dos títulos de capitalização.

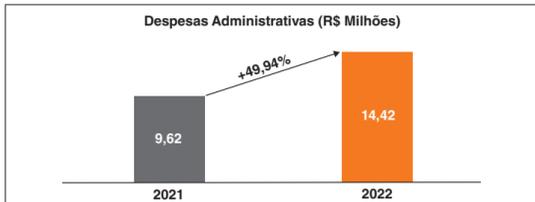
Arrecadação

A Sociedade continua como um dos principais players do mercado de Filantropia Premiável. Durante 2022 a Capemisa Capitalização apresentou crescimento de 0,64% em sua arrecadação, frente ao mesmo período do ano anterior. Tivemos como destaque o aumento expressivo da modalidade de Incentivo.



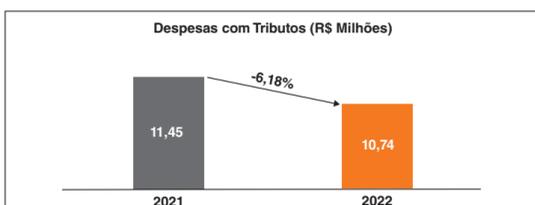
Despesas Administrativas

Em 2022, as despesas administrativas sem tributos cresceram 49,94% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Tal elevação foi impulsionada pelo aumento do investimento em pessoal e em inovações tecnológicas, buscando dar escalabilidade aos processos operacionais.



Despesas com Tributos

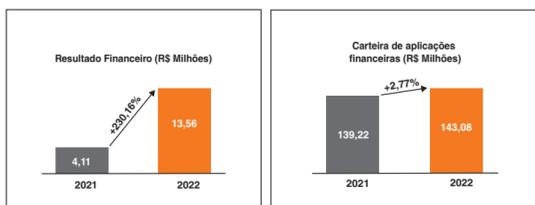
Em 2022, as despesas com tributos apresentaram uma variação de -6,18% em relação ao exercício anterior.



Resultado Financeiro

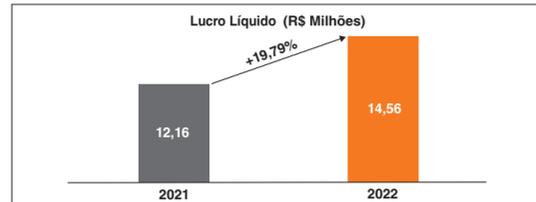
Em função da característica do seu negócio, a alocação de recursos da Sociedade é predominantemente de curto prazo e atrelada à SELIC, que faz com que as movimentações nas taxas de juros afetem decisivamente a rentabilidade da carteira de investimentos da Sociedade.

O resultado financeiro de 2021 foi impactado pela baixa taxa SELIC, realizada em 4,39%. Já em 2022, tivemos a elevação da taxa SELIC realizada em 12,39%, o que contribuiu para o aumento de 230,16% no resultado financeiro. Em 2022, a carteira de investimentos era de R\$ 143,08 milhões contra R\$ 139,22 milhões de 2021, o que representa aumento de 2,77%.



Lucro Líquido

Em função do grau de especialização da Capemisa Capitalização nas modalidades Filantropia Premiável e Incentivo a Sociedade captou novos clientes e parceiros e apresentou um crescimento na sua arrecadação e no resultado financeiro. Com isso, em 2022 a Capemisa Capitalização apresentou crescimento de Lucro Líquido de 19,79% em relação ao exercício de 2021. Em 2022 a Sociedade rentabilizou o Patrimônio dos acionistas em 24,37%, enquanto no ano anterior rentabilizou em 23,68%.



3. Desafios e Gestão

O principal desafio da Sociedade para o segmento de capitalização é ampliar a participação de mercado atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente nas modalidades de Filantropia Premiável e Incentivo.

Neste cenário, a Capemisa vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para gerar valor para seus clientes.

4. Governança Corporativa

O Grupo Capemisa vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

5. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo seus riscos administrados e mitigados, de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Sociedade para cobertura de suas responsabilidades. A Capemisa Capitalização se mantém como Empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

6. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Sociedade.

7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê, de acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo aos acionistas de 25% do lucro líquido apurado, no valor de R\$ 3,46 milhões. Em 2022, foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 3,48 milhões de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 520 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 2,96 milhões.

8. Outros Assuntos

A Administração da Sociedade, preocupada com a saúde e bem-estar dos seus colaboradores, implantou, desde o início da Pandemia da COVID-19, o regime de teletrabalho. Percebendo a elevação no nível de satisfação e na qualidade de vida dos seus colaboradores, propiciada por essa medida, e refletida na produtividade e nos resultados alcançados, a Administração decidiu adotar, em caráter definitivo o regime de teletrabalho, assegurada aos seus clientes a opção pelo atendimento virtual ou presencial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021	PASSIVO	Notas	2022	2021
CIRCULANTE		179.500	172.610	CIRCULANTE		128.349	121.859
Disponível		1.176	4.260	Contas a pagar		13.611	11.251
Caixa e bancos		1.176	4.260	Obrigações a pagar	10	7.920	3.560
Aplicações	4	131.989	137.936	Impostos e encargos sociais a recolher	11	3.575	4.779
Créditos das operações de capitalização	5	40.040	29.960	Encargos trabalhistas	11	386	330
Créditos das operações de capitalização		40.040	29.960	Impostos e contribuições	12	1.730	2.582
Outros créditos operacionais	6	6.083	288	Débitos de operações com capitalização	13	4.027	2.971
Títulos e créditos a receber	7	86	108	Agentes e correspondentes		2	-
Créditos tributários e previdenciários	7.1	61	79	Débitos operacionais		4.025	2.971
Outros créditos	7.2	25	29	Depósitos de terceiros	14	70	4
Despesas antecipadas		126	58	Provisões técnicas - capitalização	15	110.641	107.633
ATIVO NÃO CIRCULANTE		14.819	4.733	Provisão para resgates		89.840	91.705
Realizável a longo prazo		13.581	3.128	Provisão para sorteio		17.456	12.681
Aplicações	4	11.094	1.289	Provisão administrativa		1.941	1.396
Outros créditos operacionais	6	253	-	Provisão para complementação de sorteios		1.404	1.851
Títulos e créditos a receber	7	2.234	1.839	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		877	1.079
Créditos tributários e previdenciários	7.1	2.229	1.707	Outros débitos	16	877	1.079
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	5	132	Provisões judiciais		877	1.079
Imobilizado	8	11	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	65.093	54.405
Bens móveis		11	2	Capital social	17.1	36.759	36.759
Intangível	9	1.227	1.603	Reservas de lucros	17.3	28.349	17.766
Outros intangíveis		1.227	1.603	Ajuste de avaliação patrimonial		(15)	(120)
TOTAL DO ATIVO		194.319	177.343	TOTAL DO PASSIVO		194.319	177.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Resultado líquido do exercício		14.561	12.155
Outros resultados abrangentes (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	192	146
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		(87)	(48)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		105	98
Resultado abrangente total		14.666	12.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Aumento Capital (Em Aprovação)	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		16.759	20.000	738	10.979	(218)	-	48.258
Aumento de capital social, conforme AGE de 22 de dezembro de 2020	17.2	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	98	-	98
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.155	12.155
Proposta p/ distribuição do resultado								
Reserva legal	17.3	-	-	608	-	-	(608)	-
Reserva estatutária	17.3	-	-	-	8.333	-	(8.333)	-
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGE de 03 de março de 2021	17.4	-	-	-	(2.892)	-	-	(2.892)
Dividendos	17.4	-	-	-	-	-	(1.032)	(1.032)
Juros sobre o capital próprio	17.4	-	-	-	-	-	(2.182)	(2.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		36.759	-	1.346	16.420	(120)	-	54.405
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	105	-	105
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.561	14.561
Proposta p/ distribuição do resultado								
Reserva legal	17.3	-	-	728	-	-	(728)	-
Reserva estatutária	17.3	-	-	-	9.855	-	(9.855)	-
Dividendos	17.4	-	-	-	-	-	(499)	(499)
Juros sobre o capital próprio	17.4	-	-	-	-	-	(3.479)	(3.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		36.759	-	2.074	26.275	(15)	-	65.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2022	2021
Receita líquida com títulos de capitalização		594.965	595.762
Arrecadação com títulos de capitalização		1.071.576	1.064.780
Variação da provisão para resgate		(476.611)	(469.018)
Varição das provisões técnicas		(93)	(2.145)
Resultado com sorteio		(371.465)	(352.866)
Custos de aquisição	20. a	(186.671)	(201.411)
Outras receitas e despesas operacionais	20. b	(1.383)	(1.793)
Outras receitas operacionais		278	171
Outras despesas operacionais		(1.661)	(1.964)
Despesas administrativas		(14.425)	(9.620)
Pessoal próprio	20. c	(10.302)	(6.245)
Serviços de terceiros	20. d	(2.499)	(1.563)
Localização e funcionamento	20. e	(1.030)	(916)
Publicidade e propaganda		(36)	(29)
Publicações		(70)	(105)
Donativos e contribuições		(390)	(472)
Despesas administrativas diversas		(98)	(290)
Despesas com tributos	20. f	(10.740)	(11.447)
Resultado financeiro	20. g	13.559	4.106
Receitas financeiras		16.858	5.994
Despesas financeiras		(3.299)	(1.888)
Resultado operacional		23.747	20.586
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	20. h	(4)	(19)
Resultado antes dos impostos e participações		23.743	20.567
Imposto de renda	21	(5.703)	(4.718)
Contribuição social	21	(3.130)	(3.443)
Participações sobre o lucro		(349)	(251)
Resultado líquido do exercício		14.561	12.155
(/) Quantidade de ações		27.610.000	27.610.000
Resultado líquido do exercício por ação (em reais)		0,53	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	14.561	12.155
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	379	226
Depreciação de direito de uso	-	244
Juros provisionados - Passivo de Arrendamento	-	8
Constituição (Redução) da redução ao valor recuperável dos ativos	(24)	86
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(3.753)	(13.918)
Créditos das operações de capitalização	(10.053)	(9.865)
Créditos fiscais e previdenciários	18	28
Ativo fiscal diferido	(522)	(928)
Depósitos judiciais e fiscais	127	(132)
Despesas antecipadas	(68)	5
Outros ativos	(6.047)	915
Impostos e contribuições	9.277	8.874
Contas a pagar	261	1.480
Débitos de operações com capitalização	2	-
Depósitos de terceiros	66	4
Provisões técnicas - capitalização	3.008	13.837
Provisões judiciais	(202)	462
Outros passivos	1.054	2.001
Caixa gerado pelas operações	8.084	15.482
Imposto sobre o lucro pagos	(10.129)	(8.502)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(2.045)	6.980
Atividades de investimento		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(12)	-
Intangível	-	(3



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Capemisa Capitalização S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades. A Sociedade é controlada direta da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., que detém 99,5653749% das suas ações ordinárias. Abaixo demonstramos a composição acionária na posição de 31 de dezembro de 2022.



A Sociedade está atuando nas modalidades Incentivo e Filantropia Premiável. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo subscritor. O subscritor neste caso é a empresa promotora do evento que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto ou serviço utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia Premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios. **1.1. Segmentação.** A Resolução CNSP nº 388/2020, tem por objetivo estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. A referida resolução classifica as supervisionadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco. Em setembro de 2022, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) divulgou o enquadramento atualizado com a data-base Dezembro/2021 para fins de segmentação, e a Sociedade se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3). A Administração da Sociedade optou pela dispensa da apresentação do Parecer do Comitê de Auditoria nas suas demonstrações financeiras. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação referenciado na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. A Administração da Sociedade declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. **2.4. Conclusão das**

demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de fevereiro de 2023. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil. As seguintes rubricas e fatores levam em consideração os comentários anteriores: • Estimativa do valor justo (nota 2.6) • Gestão de riscos (nota 2.7) • Instrumentos financeiros (nota 3.1) • Redução ao valor recuperável (3.2.2) • Provisões técnicas (nota 3.6 e nota 15) • Provisões judiciais e outros débitos (provisões civis) (nota 3.9 e 16) • Aplicações (nota 4). **2.6. Estimativa do valor justo.** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registradas pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação: • **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados atuantes para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). **2.7. Gestão de riscos.** A Sociedade possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto à Diretoria de Governança Corporativa, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade, observando os termos da legislação vigente (Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021). A estrutura é liderada pela Gerência de Riscos e Conformidade e o processo de gerenciamento de riscos é composto pelas três linhas, que contempla a atuação integrada entre as unidades operacionais, as áreas que exercem função de controle, a Gerência de Riscos e Conformidade e Auditoria Interna, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos da Sociedade. Este processo permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha. A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona. A Gestão de Riscos da Sociedade utiliza a arquitetura elaborada pelo COSO e pela ISO 31000, e os componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração, tratamento dos riscos e monitoramento, permeando os principais processos, sendo estes mensurados de forma qualitativa e/ou quantitativa. O ciclo de gestão de riscos é composto pelas seguintes etapas: I. Identificação e avaliação de riscos; II. Geração da matriz de riscos originais; III. Avaliação dos controles; IV. Geração da matriz de riscos residuais; V. Tratamento dos riscos; VI. Monitoramento. Visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Sociedade utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. O Apetite por Risco é expresso por meio de parâmetros quantitativos e indicadores qualitativos que medem a exposição ou perfil de risco por categoria, sendo divulgado para toda Sociedade, a fim de que cada operação seja realizada de acordo com os limites estabelecidos e aceitos, sendo monitorado mensalmente, permitindo assim a adoção tempestiva das medidas cabíveis em caso de discrepância do valor mensurado. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os Riscos Financeiros, classificados como: Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco de Liquidez, e ainda, os Riscos de Subscrição e Operacional. **Processo de gestão dos riscos financeiros.** A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios

de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, Liquidez e ALM, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. A Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das políticas, em especial a Política de Investimentos e ALM - Gestão de Ativos e Passivos. **Risco de mercado.** Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada as oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço. A identificação e o controle dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, utilizando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP. Visto o perfil de negócio da Sociedade, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. No entanto, a Sociedade possui políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	2022	2021
Pós Fixados (SELIC/CDI)	72,10%	91,35%
Pré Fixados	27,90%	8,65%

Derivativos. A Sociedade não apresentou posicionamento direto em derivativos no segundo semestre de 2022. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram na função de *Hedge* de carteira. A Sociedade realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.993 de 2022 e Resolução CNSP nº 432 de 2021, e suas alterações). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de *Hedge* das carteiras, estabelecem que não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido. **Risco de crédito.** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores estão alocados em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos. Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas. O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard & Poor's*:

Rating	2022			2021		
	Debêntures	LF	Total	Debêntures	LF	Total
AAA	-	2.673	2.101	4.774	AAA	-
AA+	383	-	-	383	AA+	635
AA	-	2.070	1.039	3.109	AA	-
AA-	-	1.051	2.056	3.107	AA-	-
A+	-	-	2.142	2.142	A+	-
A	-	1.015	-	1.015	A	-
A-	-	2.139	-	2.139	A-	-
TOTAL	383	8.948	7.338	16.669	TOTAL	635

Risco de liquidez. Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos financeiros para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. O processo de gestão do risco de liquidez é monitorado pela Gerência Financeira através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Risco de Liquidez, que estabelece as regras e diretrizes para manter o cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo e o equilíbrio do negócio, evitando a absorção de riscos indesejáveis. Como forma de mitigar esse risco, a Sociedade mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e provisões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Sociedade. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Sociedade. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

	2022					Total
	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	1.176	-	-	-	-	1.176
Aplicações	41.537	-	-	54.971	46.575	143.083
Créditos das Operações de capitalização	-	25.520	96	14.746	-	40.362
Outros créditos operacionais	-	1.479	-	4.723	258	6.460
Títulos e Créditos a Receber	111	-	-	2.320	-	2.431
TOTAL ATIVOS	42.824	26.999	96	76.760	46.833	193.512
Contas a pagar	-	-	-	13.611	-	13.611
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	4.027	-	4.027
Depósitos de terceiros	70	-	-	-	-	70
Provisões Técnicas - Capitalização	1.942	20.565	3.508	84.625	-	110.641
Outros Débitos	877	-	-	-	-	877
TOTAL PASSIVOS	2.889	20.565	3.508	102.263	-	129.226

	2021					Total
	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	4.260	-	-	-	-	4.260
Aplicações	83.959	-	-	13.529	41.737	139.225
Créditos das Operações de capitalização	-	30.364	-	70	-	30.434
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	288	288
Títulos e Créditos a Receber	240	-	-	-	1.814	2.054
TOTAL ATIVOS	88.459	30.364	70	15.631	41.737	176.261
Contas a pagar	-	-	-	11.251	-	11.251
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	2.971	-	2.971
Depósitos de terceiros	4	-	-	-	-	4
Provisões Técnicas - Capitalização	1.396	19.589	2.219	84.429	-	107.633
Outros Débitos	1.079	-	-	-	-	1.079
TOTAL PASSIVOS	2.479	19.589	2.219	98.651	-	122.938

Gestão dos riscos operacionais. Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Sociedade, onde todos os processos fazem parte do escopo da avaliação de riscos realizada pela 1ª linha e são analisados com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos dos processos. Para os riscos de não conformidade com as leis e/ou regulamentos, a Gerência de Riscos e Conformidade realiza o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, o monitoramento e testes de aderência às normas externas e internas com base nos processos organizacionais. A Sociedade atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação. **Gestão dos riscos de subscrição.** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Nos produtos de capitalização, o risco de subscrição inclui, entre outros, a possibilidade de perdas associadas ao pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries abertas que não foram vendidas integralmente, risco de cancelamento, que implica na devolução dos valores pagos pelos subscritores devido aos problemas na comercialização dos títulos, risco das despesas administrativas superarem a expectativa inicialmente, risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados e, por fim, o risco de garantir a rentabilidade pré-definidas nos planos de capitalização. Estes riscos são monitorados pela Sociedade através de políticas de precificação, mapeamento dos títulos, da distribuição de números da sorte, adequação das provisões técnicas e acompanhamento dos resultados de cada série emitida. A distribuição regional da arrecadação dos títulos de capitalização está demonstrada no quadro a seguir:

	2022	2021
Sudeste	506.000	502.139
Centro-Oeste	463.704	463.821
Nordeste	62.720	63.431
Norte	38.488	35.304
Sul	664	85
TOTAL	1.071.576	1.064.780

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros.** 3.1.1. **Disponível.** Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e Bancos". **3.1.2. Aplicações.** A Administração da Sociedade efetua seguinte classificação dos seus ativos financeiros: **I. Valor justo por meio do resultado** – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período. **II. Disponíveis para venda** – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido. **III. Mantidos até o vencimento** – Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período. **IV. Empréstimos e recebíveis** – são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, com pagamentos determinados. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.2. Redução ao valor recuperável (impairment).** **3.2.1. Ativos financeiros.** A Administração da Sociedade efetua a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Rees-

truturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/reestruturação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Com exceção dos ativos relacionados a Créditos das operações e outros créditos operacionais, a Sociedade não possui estudo técnico para os demais ativos e realiza a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência supera 60 dias da data do vencimento do crédito, onde reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponde à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor. **3.2.2. Créditos das operações de capitalização e outros créditos operacionais.** A Sociedade realizou estudo técnico de redução ao valor recuperável dos créditos com operações de capitalização e outros créditos operacionais. O estudo técnico parte da premissa de que o atraso no pagamento indica o descumprimento, pelo devedor, do contrato firmado com a Sociedade, e considerando que este descumprimento é considerado pela Sociedade uma evidência objetiva de que o ativo financeiro está sujeito a redução ao valor recuperável, realiza-se a aplicação de percentuais de inadimplência frente a classificação de risco (*rating*) atribuída à(s) parcela(s) vencida(s) do devedor que esteja(m) vencida(s) há mais tempo. O percentual aplicável incide sobre o saldo devedor na sua integralidade (parcelas vencidas e vincendas, e encargos, se houver). A metodologia do estudo é revisada semestralmente ou quando há indicação de alteração nas características do negócio ou dos recebimentos. Para fins de contabilização, a redução ao valor recuperável é reconhecida mensalmente, mediante a aplicação dos procedimentos previstos no estudo técnico. **3.3. Imobilizado.** Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. **3.4. Intangível.** Os Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por reduções ao valor recuperável (*impairment*). As despesas de desenvolvimento de software são reconhecidas como ativo e incluem os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é iniciada a partir do momento em que o software desenvolvido estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela Administração. A Sociedade adota o método linear na amortização de seus intangíveis com vida útil de 5 anos considerando a taxa de amortização de 20% a.a. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** O imposto de renda corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (no exercício). A contribuição social corrente é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, contido base na Lei nº 14.446/2022, no período de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, vigorou com a alíquota de 16% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários possam ser utilizados. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre diferenças temporárias, cujas expectativas são baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.6. Provisões técnicas.** **3.6.1. Provisão matemática para capitalização.** A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrer o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial. **3.6.2. Provisão para resgates.** Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. **3.6.2.1. Resgate de títulos vencidos.** Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído. **3.6.2.2. Resgate antecipado de títulos.** Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador. **3.6.3. Provisão para sorteios a realizar.** A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sor-

teios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. **3.6.4. Provisão para sorteios a pagar.** A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. **3.6.5. Provisão complementar de sorteios.** A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea. **3.6.6. Provisão de despesas administrativas.** A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*. **3.6.7. Prescrição de títulos.** A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. **3.6.8. Reconhecimento dos efeitos inflacionários.** Durante o exercício, as provisões técnicas das Modalidades Incentivo e Filantropia Premiável foram atualizadas com base na TR com taxa de juros de 0,16% ao mês. **3.7. Avaliação de ativos e passivos.** Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos. **3.8. Ativos e passivos contingentes.** **Ativos contingentes:** reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica; **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido. **3.9. Provisões judiciais.** Correspondem às provisões realizadas para as ações de natureza cível, relacionadas a pagamentos de sorteios, resgates dos títulos e indenizações por danos morais, que são registradas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais. A classificação do risco de perda das demandas judiciais é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento atual de cada tribunal em que tramitam, suas complexidades, a similaridade com processos anteriores, jurisprudências atuais, bem como o posicionamento atual dos tribunais superiores sobre cada tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e decisões destes Tribunais. **3.10. Classificação no circulante e não circulante.** A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. **3.10.1. Ativos e passivos sem vencimento.** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante. **3.11. Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência. Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque a maioria dos sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil. **3.12. Normativos SUSEP, normas e interpretações contábeis ainda não adotadas em 2022.** • **CPC 48 (IFRS 9)** – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A SUSEP, em outubro de 2022, converteu as consultas públicas nº 7 e 8 que recepcionaram o referido CPC na Resolução 448/2022 e na Circular 678/2022, respectivamente, ambas com início de vigência para 02 janeiro de 2023. • **CPC 50 (IFRS 17)** – "Contratos de Seguro" – Foi postergada para 1º de janeiro de 2023 a efetiva aplicação da norma com aplicação antecipada permitida desde que o IFRS 9 também seja aplicado. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

continuação

norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. O normativo será aplicado quando referenciado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração. **3.13.3. Aplicações dos Normativos SUSEP. Resolução CNSP N° 432/2021** – revogou diversas normas e entre elas a Resolução CNSP N° 321/2015, e entrou

em vigor em 03 de janeiro de 2022, exceto o artigo 146 que entrou em vigor em 01 de dezembro/2021. • **Circular SUSEP N° 648/2021** – revogou diversas normas e entre elas a Circular N° 517/2015 e suas alterações, e entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, exceto os artigos 110 e 118 que entraram em vigor em 19 de novembro/2021 na data da publicação. • **Circular SUSEP N° 666/2022** - norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração de estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que possam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados. A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciam em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento

S2 e se encerram em 30 de abril de 2023 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciam em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. As datas dispostas correspondem à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade para os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior. O Relatório de Sustentabilidade, a supervisão deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação se iniciará em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4.

4 - Aplicações:

4.1 - Composição das aplicações financeiras:

Em 2022:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				41.537	41.537	29,03%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	41.537	41.537	29,03%
II- Disponível para venda (*)				85.255	85.255	59,58%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45% a 11,82% a	15/06/2024	385	385	0,27%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,86% a	01/01/2023	26.450	26.450	18,49%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	13,65% a	01/04/2023	2.033	2.033	1,42%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	14,15% a	01/07/2023	5.123	5.123	3,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2023	16.169	16.169	11,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2024	17.342	17.342	12,12%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/03/2026	14.408	14.408	10,07%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% SELIC	01/09/2026	3.345	3.345	2,34%
III- Mantido até o vencimento (**)				16.291	16.291	11,39%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ	1	14,25% a 15% CDI+ 0,8% a		4.169	4.169	2,91%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI	1	113% CDI		3.171	3.171	2,22%
Letra Financeira PRÉ	1	15,50% a		2.140	2.140	1,50%
Letra Financeira CDI	1	CDI+ 1,1% a CDI 1,75%		6.811	6.811	4,76%
				143.083	143.083	100,00%

Em 2021:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				88.465	88.465	63,54%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	83.959	83.959	60,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.572	1.572	1,13%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	797	797	0,57%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	706	706	0,51%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	1.431	1.431	1,03%
II- Disponível para venda (*)				42.503	42.503	30,53%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45% a 7,34% a	15/06/2024	635	635	0,46%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,34% a	01/01/2022	1.020	1.020	0,73%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,10% a 11,20% a	01/07/2022	2.025	2.025	1,45%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	12,10% a	01/01/2023	2.033	2.033	1,46%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2022	1.943	1.943	1,40%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	3.847	3.847	2,76%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	2.959	2.959	2,13%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	20.876	20.876	14,99%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2026	7.165	7.165	5,15%
III- Mantido até o vencimento (**)				8.257	8.226	5,93%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	794% a 10,54% a	01/01/2022	3.598	3.598	2,58%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19% a	01/07/2022	3.370	3.339	2,42%
Letra Financeira CDI	1	114,4% CDI	23/01/2025	1.289	1.289	0,93%
				139.225	139.194	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 85.280 em 2022 (R\$ 42.720 em 2021). (**) Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

6. Outros créditos operacionais

Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Data da Confissão de Dívida	Data do último aditivo contratual	Valor total	Forma de pagamento	Quantidade de parcelas	Parcelas pendentes de recebimento	Valor da parcela	Data primeiro pagamento	Saldo em 2022	RVR (*)	Saldo em 2022	Saldo em 2021
11/12/2020	-	1.102	Mensal	1	-	230	-	-	-	-	288
				18	-	41	-	-	-	-	-
29/04/2022	-	477	Mensal	16	8	100	09/05/2022	201	-	201	-
				1	-	120	-	-	-	-	-
				1	1	165	-	-	-	-	-
				1	1	180	-	-	-	-	-
10/10/2022	-	3.423	Mensal	1	1	195	18/10/2022	2.741	(91)	2.650	-
				2	2	185	-	-	-	-	-
				2	-	230	-	-	-	-	-
				13	13	127	-	-	-	-	-
10/10/2022	-	5.429	Mensal	7	-	305	-	-	-	-	-
				5	4	150	18/10/2022	3.041	(33)	3.008	-
				10	10	250	-	-	-	-	-
				2	-	5	-	-	-	-	-
25/07/2022	29/11/2022	487	Mensal	2	2	10	30/11/2022	477	-	477	-
				14	14	33	-	-	-	-	-
								6.460	(124)	6.336	288
								6.202	(119)	6.083	288
								258	(5)	253	-
								6.460	(124)	6.336	288

(*) RVR - Redução ao Valor Recuperável constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.2

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Créditos tributários e previdenciários:

	2022	2021
Circulante:		
Imposto de renda a compensar	61	79
Outros créditos tributários previdenciários	64	64
Redução ao valor recuperável	(64)	(64)
Total do circulante	61	79
Não Circulante:		
Imposto de renda diferido - ajustes temporais	1.249	1.029
Contribuição social diferido - ajustes temporais	969	580
Imposto de renda diferido TVM - ajustes temporais	7	54
Contribuição social diferido TVM - ajustes temporais	4	44
Outros créditos tributários e previdenciários	43	43
Redução ao valor recuperável	(43)	(43)
Total do não circulante	2.229	1.707

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

	2022	2021
Imposto de renda / contribuição social		
Despesas operacionais	3.243	2.206
Gratificações por desempenho (**)	1.780	-
Contingências cíveis	871	739
Participações nos lucros (*)	320	250
Contingências trabalhistas	6	340
Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	449	474
Outras reduções ao valor recuperável	108	107
Total das diferenças temporárias	6.777	4.116
Alíquota aplicada IRPJ - 25%	1.249	1.029
Alíquota aplicada CSLL - 15%	969	580

(*) Não aplicável para CSLL. (**) Não aplicável para IRPJ. A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos. A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 2022			Projetado - 2021		
	Créditos Tributários	IR Diferido	CSLL Diferida	Créditos Tributários	IR Diferido	CSLL Diferida
2023	4.120	1.030	82,47%	5.580	837	86,38%
2024	-	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-	-
2028-2030	-	-	-	-	-	-
2031-2032	877	219	17,53%	877	132	13,62%
	4.997	1.249	100%	6.457	969	100%
Período	Projetado - 2021			Projetado - 2021		
	Créditos Tributários	IR Diferido	CSLL Diferida	Créditos Tributários	IR Diferido	CSLL Diferida
2022	3.080	770	74,83%	2.830	425	73,28%
2023	-	-	-	-	-	-
2024	-	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-	-
2027-2029	-	-	-	-	-	-
2030-2031	1.036	259	25,17%	1.036	155	26,72%
	4.116	1.029	100%	3.866	580	100%

7.2. Depósitos judiciais e fiscais e outros créditos (circulante e não circulante)

	2022	2021
Adiantamentos a funcionários	26	29
Depósitos judiciais	5	132
Outros créditos a receber	2	-
Redução ao valor recuperável	(3)	-
	30	161

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	Saldo em 2021	Novos Depósitos	Baixas por Perda / Êxito	Atualização	Saldo em 2022
Trabalhistas	132	5	(162)	30	5
Total	132	5	(162)	30	5

8. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 2021	Adições	Saldo em 2022
Equipamentos	10% a.a.	5	12	17
		5	12	17
		(3)	(3)	(6)
Depreciação acumulada		2	9	11
Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 2020	Adições	Saldo em 2021
Equipamentos	10% a.a.	5	-	5
		5	-	5
		(2)	(1)	(3)
		3	(1)	2

9. Intangível

Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2021	Adições	Transfêrência	Saldo em 2022
Sistema de computação em uso	20% a.a.	1.878	-	-	1.878
Software	20% a.a.	1	-	-	1
		1.879	-	-	1.879
		(276)	(376)	-	(652)
		(276)	(376)	-	(652)
		1.603	(376)	-	1.227
Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2020	Adições	Transfêrência	Saldo em 2021
Despesa com sistema de computação em desenvolvimento	20% a.a.	1.241	-	(1.241)	-
Sistema de computação em uso	20% a.a.	296	341	1.241	1.878
Software	20% a.a.	1	-	-	1
		1.538	341	-	1.879
		(51)	(225)	-	(276)
		(51)	(225)	-	(276)
		1.487	116	-	1.603

10. Obrigações a pagar

	2022	2021
Dividendos e JCP(*) a pagar	5.313	2.887
Pagamentos a efetuar	1.936	73

continuação



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

17.3. Reservas de lucros. A reserva legal R\$ 728 (R\$ 608 em 2021) é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a reserva de investimento e capital de giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no ativo permanente e acréscimo do capital de giro da sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **17.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio.** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas à título de juros sobre capital próprio, que serão computados aos dividendos anuais. Os cálculos dos dividendos mínimos estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	14.561	12.155
Base para cálculo da reserva legal	14.561	12.155
Constituição da reserva legal	728	608
Base de cálculo dos dividendos	13.833	11.547
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.458	2.887
(-) Juros sobre capital próprio (*)	(2.959)	(1.855)
Dividendos anuais propostos	499	1.032

(*) valores líquidos de imposto de renda, conforme ICPC 08(R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos. **18. Patrimônio líquido ajustado – PLA:** Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021 de 19 de novembro de 2021:

	2022	2021
Patrimônio líquido:	65.093	54.405
I-PLA nível 1	61.511	51.020
Ajustes contábeis	(1.359)	(1.661)
Despesas antecipadas	(126)	(58)
Ativos intangíveis	(1.227)	(1.603)
II-PLA nível 2	437	335
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	437	318
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	(17)
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	437	335
III-PLA nível 3	2.229	1.707
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	2.229	1.707
Patrimônio líquido ajustado	64.177	53.062

19. Adequação de capital:

	2022	2021
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital de risco (b)	15.514	14.941
CR subscrição (i)	7.660	7.531
CR crédito (ii)	5.989	5.194
CR operacional (iii)	3.580	3.448
CR mercado (iv)	281	1.223
Patrimônio líquido ajustado	64.177	53.062
Capital mínimo requerido (v) - CMR Maior entre (a) e (b)	15.514	14.941
Suficiência de capital - RS	48.663	38.121

(a) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo; (b) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação. (i) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no

risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (ii) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iv) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (v) A Resolução CNSP nº 432 de 19 de novembro de 2021 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

20. Detalhamento das contas de resultado

	2022	2021
a - Custo de Aquisição	(186.671)	(201.411)
Distribuição de título de capitalização	(156.792)	(172.018)
Impressos e materiais de vendas	(21.878)	(19.068)
Preposto e Auditoria com sorteios	(3.908)	(3.574)
Vigilância	(2.317)	(2.833)
Outros custos de aquisição	(1.776)	(3.918)
b - Outras receitas e despesas operacionais	(1.383)	(1.793)
Outras receitas operacionais	278	171
Prescrição de títulos de capitalização	270	170
Outras receitas com títulos de capitalização	8	1
Outras despesas operacionais	(1.661)	(1.964)
Consultorias	(1.607)	(1.878)
Constituição/Reversão de redução ao valor recuperável	28	(67)
Outras despesas com títulos de capitalização	(82)	(19)
c - Despesas com pessoal próprio	(10.302)	(6.245)
Administração e empregados	(6.814)	(4.163)
Encargos sociais	(1.865)	(1.074)
Assistência social	(1.223)	(826)
Outras despesas com pessoal	(400)	(182)
d - Despesas com serviços de terceiros	(2.499)	(1.563)
Manutenção de software	(1.818)	(1.191)
Outros	(681)	(372)
e - Despesas com localização e funcionamento	(1.030)	(916)
Amortização/Depreciação	(379)	(226)
Malotes	(226)	(230)
Viagens	(122)	(20)
Outros	(303)	(440)
f - Despesas com tributos	(10.740)	(11.447)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(10.401)	(11.203)
Taxa de fiscalização	(334)	(241)
Outros	(5)	(3)
g - Resultado Financeiro	13.559	4.106
Receitas financeiras	16.858	5.994
Renda fixa	15.793	5.965
Outras receitas financeiras	1.065	29
Despesas financeiras	(3.299)	(1.888)
Provisões técnicas de capitalização	(2.977)	(1.548)
Provisões civis e trabalhistas	(147)	(165)
Outras despesas financeiras	(175)	(175)
h - Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(4)	(19)
Constituição de redução ao valor recuperável	(4)	(19)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	23.394	23.394	20.316	20.316
Adições/exclusões permanentes e temporárias	665	(675)	1.402	531
Lucro real	24.059	22.719	21.718	20.847
Alíquota nominal (*)(**)	25%	15%	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	5.990	3.519	5.406	3.793
Incentivos fiscais (***)	(67)	-	(63)	-
Impostos devidos	5.923	3.519	5.343	3.793
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(5.703)	(3.130)	(4.718)	(3.443)
Imposto corrente	(5.923)	(3.519)	(5.343)	(3.793)
Imposto diferido	220	389	625	350
Alíquota efetiva	24,38%	13,38%	23,22%	16,95%

(*) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre a base tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). (**) Em 2022, para fins de CSLL era considerada a Lei nº 14.446/2022 que majorou a alíquota de 15% para 16% durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A partir de 01.01.2023 a alíquota retornará para 15% sobre o lucro tributável. Em 2021, para fins de CSLL era considerada a Lei nº 14.183/2021 que majorou a alíquota de 15% para 20% durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A partir de 01.01.2022 a alíquota retornou para 15% sobre o lucro tributável. (***) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Sociedade aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 10.854/2021, Programa de Incentivo ao Esporte, instituído pela Lei nº 11.438/2006, e ainda, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentado pelo Decreto nº 10.854/2021.

22. Transações com partes relacionadas: A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Passivo		Receitas		Despesas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (i) (ii) (iii) (iv)	5.819	3.637	3.364	3.243	4.041	3.203
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	21	13	-	-	-	-
Capemisa Holding S.A. (iv)	4	-	-	-	-	-
Remunerações do pessoal-chave da Administração (v)	-	-	-	-	2.952	1.243

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (i) Venda de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora. (ii) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas. (iii) Compra de seguros de vida em grupo da Capemisa Seguradora, com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capemisa Capitalização. (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP). (v) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo. **23. Outras informações:** 23.1. **Seguros.** Em 2022, a Sociedade mantém apólices de seguros D&O com vigência de 12 meses.

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf
Diretor

Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes
Contador - CRC - RJ 93.879/O-2

Robson Lyra de Castro Silva
Diretor

Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho
Diretor-Presidente

Marco Aurelio Nicoletti
Diretor

Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto
Diretor

Anna Paula Nardi de Almeida
Atuário - MIBA Nº 660

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Capemisa Capitalização S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da auditoria.** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Capemisa Capitalização S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da administração.** A Administração da Capemisa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Capemisa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma

opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Capemisa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Capemisa Capitalização S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

Grant Thornton
Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ: 33.950.548/0001-51 - CIBA Nº 161

Elmo Henrique de Moraes
Atuário MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução

de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2023.

bakertilly

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ 071138/O-5

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4B99-0423-A6F8-6B88> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4B99-0423-A6F8-6B88



Hash do Documento

FAC1C60BC50B16F8C4EFFAB2191B89BA669CF239009141B1077BFB41431A3E9A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 25/02/2023 21:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

